

PRIMEIRA RERRATIFICAÇÃO DA
ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES
NÃO CONVERSÍVEIS E QUIROGRAFÁRIAS
DA PRIMEIRA EMISSÃO DE BSE S.A.

Pelo presente instrumento, BSE S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Flórida 1970, 4º andar (parte), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 68.704.923/0001-68, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora"), e como Agente Fiduciário, doravante assim denominado, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão ("Debêntures"), PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista 2439, 11º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 00.806.535/0001-54, neste ato representada na forma de seu estatuto social, vêm por esta e na melhor forma de direito, celebrar a primeira rerratificação da "Escritura Particular de Emissão de Debêntures Não Conversíveis e Quirografárias da Primeira Emissão de BSE S.A.", celebrada entre a Emissora e o Agente Fiduciário em 19 de dezembro de 2000, que, nos termos desta "Primeira Rerratificação da Escritura Particular de Emissão de Debêntures Não Conversíveis e Quirografárias da Primeira Emissão de BSE S.A." ("Escritura de Emissão"), passa, para todos os fins de direito, a constar com as seguintes cláusulas e condições:

I

DA AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A presente Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações da assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 4 de dezembro de 2000 e da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 15 de dezembro de 2000.
- 1.2 A assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora delegou ao conselho de administração da Emissora competência para (i) alterar, se necessário, as matérias aqui dispostas, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404/76; e (ii) cancelar as Debêntures não colocadas ou mantidas em tesouraria, neste caso após a declaração do Agente Fiduciário sobre a regularidade do cancelamento.



II

DOS REQUISITOS

2.1 A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação das atas da assembléia geral extraordinária e da reunião do conselho de administração.* As atas da assembléia geral extraordinária e da reunião do conselho de administração que deliberaram sobre a emissão das Debêntures foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 12 de dezembro de 2000 e 26 de dezembro de 2000, respectivamente, e publicadas no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no jornal "O Estado de S. Paulo" em 14 de dezembro de 2000 e 4 de janeiro de 2001, respectivamente;
- II. *registro da Escritura de Emissão.* A presente Escritura de Emissão será registrada no competente cartório de registro de imóveis da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo;
- III. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").* A emissão será registrada na CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- IV. *registro no Sistema Nacional de Debêntures ("SND").* A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto ("ANDIMA"), e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"); e
- V. *registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID").* A emissão será registrada na ANBID, em atendimento ao Código de Auto-Regulação da ANBID aprovado em sua assembléia geral realizada em 27 de agosto de 1998.

TO DE
CAPITAL
ARO
35/94)
Iveira
Iheiros
4)
1.º Andar
-9537

III

DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

- 3.1 *Objeto social da Emissora.* A Emissora tem por objeto social a implantação, operação e prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo a compra, a venda, a locação, a cessão de uso de meios e equipamentos a qualquer título, a importação e a exportação de equipamentos e a prestação de



serviços a usuários de seus serviços. A Emissora poderá participar de outras sociedades, civis ou comerciais, como sócia ou acionista e ainda em consórcios, para o fim de desenvolver os propósitos acima descritos.

- 3.2 *Número da emissão.* A presente Escritura de Emissão representa a primeira emissão de debêntures da Emissora.
- 3.3 *Valor total da emissão.* O valor total da presente emissão é de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).
- 3.4 *Valor nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal").
- 3.5 *Quantidade.* Serão emitidas 4.400 (quatro mil e quatrocentas) Debêntures.
- 3.6 *Séries.* A emissão será realizada em série única.
- 3.7 *Convertibilidade e forma.* As Debêntures serão não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Itaú S.A., instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será expedido pelo SND o Relatório de Posição de Ativos, acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND.
- 3.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirográfaria.
- 3.9 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13, de 30 de setembro de 1980, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes dos coordenadores ("Coordenadores") que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures.
- 3.10 *Negociação.* A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.
- 3.11 *Data de emissão.* A data de emissão das Debêntures será 20 de janeiro de 2001 ("Data de Emissão").

DE
CAPITAL
RO

5/94)
veira
ibeiros

14)
4.º Andar
5-9537



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

3.12 *Prazo e data de vencimento.* O prazo das Debêntures será de 60 (sessenta) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de janeiro de 2006.

3.13 *Prazo de subscrição e forma de integralização.* Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM e a segunda publicação do anúncio de início de distribuição, as Debêntures serão subscritas em até 6 (seis) meses contados da data do deferimento do respectivo registro pela CVM ("Prazo de Subscrição"). A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP. A integralização das Debêntures será à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização"). As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal acrescido da Remuneração do Primeiro Período de Incidência (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.

3.14 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal será pago em 1 (uma) única parcela, ocorrendo o pagamento em 20 de janeiro de 2006, por ocasião do vencimento das Debêntures.

3.15 *Remuneração.* Sobre o Valor Nominal incidirá, a partir da Data de Emissão, uma taxa de remuneração pós-fixada ou pré-fixada, acrescida de sobretaxa, cujo período de incidência, intervalo de pagamento e respectivo(s) percentual(is) serão definidos pelo conselho de administração da Emissora ("Remuneração"), sendo que para o primeiro Período de Incidência de Remuneração (conforme definido abaixo), que terá início na Data de Emissão e encerramento 24 (vinte e quatro) meses após a Data de Emissão, observar-se-á o disposto na Cláusula 3.15.2 abaixo.

3.15.1 Entende-se por "Período de Incidência de Remuneração" o espaço de tempo durante o qual a respectiva Remuneração permanece inalterada.

3.15.2 O primeiro Período de Incidência de Remuneração terá início na Data de Emissão e encerramento 24 (vinte e quatro) meses após a Data de Emissão, incluindo-se neste o primeiro dia e excluindo-se o último. Para o primeiro Período de Incidência de Remuneração, a taxa de remuneração das Debêntures será de 100% (cem por cento) da taxa de juros de Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia – extra grupo, expressa em percentual ao ano, calculada e divulgada pela CETIP, acrescida da sobretaxa correspondente ao percentual efetivo de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) ao ano, base 252 dias ("Remuneração do Primeiro Período de Incidência").

3.15.2.1 *Periodicidade de pagamento da Remuneração do Primeiro Período de Incidência.* A Remuneração do Primeiro Período de Incidência será paga semestralmente nas datas definidas abaixo. O primeiro Período de

ITAL
O
34)
Gra-
afios
Andar
137



Handwritten signatures and initials.

Incidência de Remuneração será composto de 4 (quatro) Subperíodos de Incidência (conforme definido abaixo), que serão utilizados unicamente para o cálculo e pagamento semestral da Remuneração do Primeiro Período de Incidência, intercalados pelas datas de pagamento, conforme descrito abaixo:

Subperíodo de Incidência	Data de Início	Data de Término
1º	Data de Emissão	6 (seis) meses contados da Data de Emissão
2º	6 (seis) meses contados da Data de Emissão	12 (doze) meses contados da Data de Emissão
3º	12 (doze) meses contados da Data de Emissão	18 (dezoito) meses contados da Data de Emissão
4º	18 (dezoito) meses contados da Data de Emissão	24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão

DE
CAPITAL
IRO

35/94)
liveira
xixeiros

(94)
- 4.º Andar
55-3537

3.15.2.2 Fórmula de cálculo da Remuneração do Primeiro Período de Incidência.

$$J = VN \times \left\{ \left[\prod_{i=1}^{i=f} (FI_i) \right] \times (S) - 1 \right\}$$

Onde:

J = valor da Remuneração a ser paga nas datas de seus respectivos vencimentos;

VN = Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal da Debênture, no início do Subperíodo de Incidência (conforme definido abaixo);

$\prod_{i=1}^{i=f}$ = produto dos i termos FI referentes a cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Subperíodo de Incidência; com i variando de 1 até f .

f = número de dias úteis contidos entre o início e o fim de cada Subperíodo de Incidência.

FI_i = fatores de remuneração, verificados nos f dias úteis entre a data de início do Subperíodo de Incidência e a data



final do Subperíodo de Incidência, e obtidos a partir da seguinte fórmula:

$$FI = \left[\left(\frac{CDI \text{ CETIP}}{100} + 1 \right)^{\frac{dj}{252}} \right], \text{ onde:}$$

CDI CETIP = taxa média diária de depósitos interfinanceiros – DI de um dia – extra grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, em cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Subperíodo de Incidência, expressa em percentual ao ano;

dj = número de dia (s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa CDI CETIP;

S = fator da sobretaxa calculado conforme fórmula abaixo:

$$S = \left(\frac{1,2}{100} + 1 \right)^{\frac{du}{252}}, \text{ onde:}$$

du = número de dias úteis de cada Subperíodo de Incidência.

"Subperíodo de Incidência" é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Subperíodo de Incidência, ou nas datas previstas dos pagamentos da Remuneração do Primeiro Período de Incidência, inclusive, no caso dos Subperíodos de Incidência subsequentes, e termina nas datas previstas dos pagamentos da Remuneração do Primeiro Período de Incidência, exclusive, correspondente ao período. Cada Subperíodo de Incidência sucede o anterior sem solução de continuidade.

- 3.15.2.3 *Extinção, impossibilidade legal de utilização ou não divulgação da Taxa CETIP.* Nos casos de (i) indisponibilidade da "taxa de Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, extra grupo" ("Taxa CETIP") por prazo superior a 8 (oito) dias úteis; (ii) extinção da Taxa CETIP; ou (iii) impossibilidade legal de aplicação da Taxa CETIP às Debêntures, será aplicada a taxa que vier a substituí-la. Na ocorrência de qualquer destas hipóteses sem que tenha sido determinada uma taxa substituta, o Agente Fiduciário convocará assembléia geral de debenturistas, exclusivamente para definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures proposto pela Emissora. Não sendo aceito o novo parâmetro pela assembléia geral de debenturistas, haverá a repactuação das Debêntures

TRU DE
CAPITAL
SARO
1935/94)
Oliveira
falheiros
1/94)
4.º Andar
55-9537



antes do encerramento do primeiro Período de Incidência de Remuneração, aplicando-se o disposto na Cláusula 3.16 abaixo.

3.16 *Repactuação.* O conselho de administração da Emissora deliberará e comunicará aos debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data de encerramento de cada Período de Incidência de Remuneração, as condições aplicáveis ao Período de Incidência de Remuneração subsequente, incluindo:

- I. o prazo do Período de Incidência de Remuneração subsequente;
- II. a modalidade e os percentuais da taxa de Remuneração e prêmio, se houver, para o Período de Incidência de Remuneração subsequente;
- III. a existência ou não de amortização das Debêntures durante o Período de Incidência de Remuneração subsequente; e
- IV. a periodicidade de pagamento da Remuneração e do prêmio e da amortização, se houver qualquer dos dois últimos.

DE
CAPITAL
ARO
15/94)
Iveiro
Iheitos
14)
1.º Andar
1-9537

3.16.1 As condições fixadas pelo conselho de administração da Emissora de acordo com o disposto na Cláusula 3.16 acima serão comunicadas aos debenturistas na forma da Cláusula 3.24 abaixo, concedendo-se o prazo de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis, contado da data da publicação da comunicação, para que os debenturistas que não aceitarem as condições fixadas manifestem sua não aceitação através do SND, cabendo ao conselho de administração da Emissora fixar na referida comunicação o prazo máximo para a manifestação dos debenturistas, que não poderá exceder a data de encerramento do respectivo Período de Incidência de Remuneração. A falta de manifestação por parte dos debenturistas no prazo a que se refere esta Cláusula ou a manifestação relativa a somente parte das Debêntures de que forem titulares será considerada aceitação, por tais debenturistas, aos termos da repactuação relativamente às Debêntures que não forem indicadas nos termos desta Cláusula.

3.16.2 A Emissora obriga-se a adquirir ou resgatar as Debêntures dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo conselho de administração da Emissora e que se manifestaram de acordo com o disposto na Cláusula 3.16.1 acima, pelo Valor Nominal acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição ou resgate, se houver, que deverá ocorrer na data de encerramento do respectivo Período de Incidência de Remuneração. A aquisição ou resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. No caso de aquisição das Debêntures, as Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos desta Cláusula poderão, por opção da Emissora, ser mantidas em tesouraria, canceladas ou vendidas a



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

terceiros, a qualquer tempo. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

- 3.17 *Resgate antecipado facultativo.* A Emissora poderá resgatar antecipadamente as Debêntures, observadas as regras estabelecidas pela CVM, a qualquer tempo, mediante pagamento do Valor Nominal, acrescido da Remuneração aplicável até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da data do último pagamento da Remuneração, devendo a Emissora publicar aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante sorteio nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76 e demais normas aplicáveis. As Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas. Ocorrendo o resgate de Debêntures nos termos desta Cláusula durante o primeiro Período de Incidência de Remuneração, a Emissora deverá, ainda, pagar um prêmio de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor de resgate a que se refere esta Cláusula. Este prêmio será proporcional ao prazo restante entre a data do resgate e a data de término do primeiro Período de Incidência de Remuneração, sendo que o prêmio pago em caso de resgate na Data de Integralização será de 0,3% (três décimos por cento), e não haverá prêmio em caso de resgate na data de término do primeiro Período de Incidência de Remuneração, conforme a seguinte fórmula:

$$P = d/D * 0,30\%, \text{ onde:}$$

$$P = \text{prêmio (em porcentagem);}$$

$$d = \text{quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data de resgate e a data de término do primeiro Período de Incidência de Remuneração; e}$$

$$D = \text{quantidade de dias corridos entre a Data de Integralização e a data de término do Primeiro Período de Incidência de Remuneração.}$$

- 3.18 *Aquisição facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55 da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

RO DE
CAPITAL
SARCO
10
935/94)
Mina
falheiros
/94)
- 4.º Andar
55-9537



Handwritten signatures and initials.

3.19 *Aquisição obrigatória.* Observado o disposto nas Cláusulas 3.19.1, 3.19.2 e 3.19.3 abaixo, a Emissora obriga-se a adquirir a totalidade das Debêntures em circulação dos debenturistas que, à exclusiva opção destes, manifestarem interesse em vender todas ou parte das Debêntures de que são titulares, na ocorrência dos seguintes eventos:

- I. alienação, pelos atuais controladores da Emissora, de suas participações no capital social da Emissora a terceiros, de forma a alterar o controle direto ou indireto da Emissora. Entende-se por terceiros quaisquer sociedades que não façam parte do conjunto de sociedades controladas direta ou indiretamente por Bell South Corporation ou pelo Grupo Safra;
- II. pré-pagamento do principal em relação às obrigações financeiras internacionais da Emissora, representadas pelas *Floating Rate Notes* no valor de US\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) e pelo *Commercial Paper* no valor de US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), durante o prazo de vigência das Debêntures;
- III. não recebimento, pela Emissora, de seus acionistas, de recursos equivalentes aos juros relativos às obrigações financeiras internacionais a que se refere o inciso II acima, sendo que estes recursos poderão ser recebidos pela Emissora em forma de empréstimos de acionistas ou aumento de capital. Em caso de empréstimos dos acionistas, esses empréstimos serão subordinados às Debêntures durante seu período de vigência, e os pagamentos de juros e principal desses empréstimos somente ocorrerão após o pagamento de todas as obrigações relacionadas às Debêntures;
- IV. redução do capital social da Emissora; e
- V. vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), em razão de inadimplemento contratual, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão.

DE
PITAL
RO

57941
veira
lheiros

141
A.º Andar
9537



3.19.1 Ocorrendo qualquer dos eventos previstos na Cláusula 3.19 acima, o Agente Fiduciário deverá publicar, no prazo máximo de 3 (três) dias contados da data da comunicação do evento pela Emissora ao Agente Fiduciário nos termos da alínea (f) do inciso I da Cláusula 5.1 abaixo, anúncio nos termos da Cláusula 3.24 abaixo informando a ocorrência do evento e solicitando que os debenturistas se manifestem, através do SND, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da publicação do aviso, sua intenção de ter todas ou parte

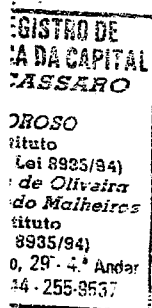
3.24 *Publicidade.* Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que de qualquer forma vierem a envolver interesses dos debenturistas, serão veiculados, em forma de aviso, no jornal "O Estado de S. Paulo", em prazos tais que permitam aos debenturistas o adequado acompanhamento das ocorrências durante o prazo de existência das Debêntures, exceção feita aos anúncios de início e de encerramento de distribuição, que serão publicados no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional.

3.25 *Vencimento antecipado.* Observado o disposto nas Cláusulas 3.25.1 e 3.25.2 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso II abaixo, dos encargos moratórios previstos na Cláusula 3.20 acima, de acordo com o previsto na Cláusula 3.25.2 abaixo), na ocorrência dos seguintes eventos:

- I. decretação de falência da Emissora ou pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora;
- II. não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, da Remuneração e de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da respectiva data de vencimento;
- III. falta de cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer outra obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- IV. extinção da licença para exploração de telefonia móvel celular na área que compreende os Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte – Área 10; e
- V. protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou a constituição da Emissora em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, salvo se o protesto ou constituição em mora tiver sido efetivado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados, ou da obrigação que esteja em atraso, for objeto de depósito em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas de sua ocorrência.

ROSE
CAPITAL
SABO
SO
(835/84)
Oliveira
felheiros
3/34)
4.º Andar
55-9537





- (b) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
- (c) com a maior brevidade possível, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada;
- (d) informações sobre alterações estatutárias ocorridas na Emissora;
- (e) avisos aos debenturistas, fatos relevantes e atas de assembléias de acionistas e de reuniões do conselho de administração que de alguma forma envolvam o interesse dos debenturistas, na mesma data em que forem publicados ou, se não forem publicados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da data em que forem realizados;
- (f) ocorrência de qualquer dos eventos previstos nos incisos I a V da Cláusula 3.19 acima, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da data da ocorrência do respectivo evento, para que o Agente Fiduciário tome as providências cabíveis, especialmente as previstas na Cláusula 3.19.1 acima; e
- (g) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- II. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- III. submeter a presente emissão de Debêntures e sua revisão anual a avaliação por, pelo menos, duas agências classificadoras de crédito em funcionamento no País e conceituadas internacionalmente;
- IV. efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas, pelo menos semestralmente, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei n.º 6.404/76, bem como observar as disposições contidas na Instrução CVM n.º 207, de 1º de fevereiro de 1994;
- V. estruturar e manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, ou contratar instituição financeira autorizada para que preste esse serviço; e
- VI. não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei e conforme estabelecido pelo estatuto social da Emissora, ou qualquer outra



participação estatutária em lucros, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures.

VI

DO AGENTE FIDUCIÁRIO

- 6.1 A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto da presente Escritura de Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário e interveniente, que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos debenturistas perante a Emissora, declarando:

DISTRITO DE
LUA CAPITAL
ASSAHO

ROSO
stituto
Lei 9935/84)
de Oliveira
da Matheiros
stituto
8935/84)
1, 29 - 4.º Andar
44 - 255-9537

- I. sob as penas de lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida;
- II. aceitar a função que lhe foi conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- III. aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições; e
- IV. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983.

- 6.1.1 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura de Emissão ou eventual aditamento, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição e/ou vencimento das Debêntures.

- 6.2 O Agente Fiduciário receberá pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- I. parcelas anuais de R\$10.000,00 (dez mil reais), sendo a primeira a ser paga em 5 (cinco) dias úteis contados da data de obtenção do registro da emissão na CVM, contra a apresentação da respectiva nota fiscal, e as demais, no mesmo dia e mês de cada ano subsequente, até o vencimento das Debêntures ou seu resgate total, o que ocorrer primeiro;



Handwritten signatures and initials.

- II. as parcelas a que se refere o inciso I acima serão reajustadas anualmente pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado ("IGPM"), verificada desde a data de vencimento da primeira parcela a que se refere o inciso I acima até a data do respectivo pagamento. Na falta ou na impossibilidade de utilização do IGPM, por força da legislação, será utilizado outro índice que venha a substituí-lo;
- III. a remuneração será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- IV. todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto no parágrafo 5 do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, honorários advocatícios e custas judiciais e taxas judiciárias decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias; e
- V. a remuneração prevista no inciso I acima não inclui despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, que serão suportadas pela Emissora nos termos da Cláusula 6.2.1 abaixo e seguintes.

REGISTRO DE
DA DA CAPITAL
ASSAHO

OROSO
stituto
- Lei 8935/94)
s de Oliveira
edo Malheiros
stituto
i 8935/94)
me, 29 - 4.º Andar
344 - 255-9537

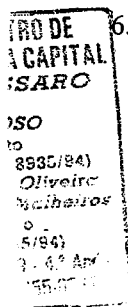
- 6.2.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos. O ressarcimento será efetuado após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos debenturistas. As despesas a que se refere esta Cláusula compreendem, inclusive, as seguintes:



Handwritten signatures and initials.

- I. publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras publicações que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- II. extração de certidões;
- III. locomoções e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- IV. eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

6.2.2 O crédito do Agente Fiduciário que não tenha sido saldado na forma da Cláusula 6.2.1 acima, desde que razoável e devidamente comprovado, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá às Debêntures na ordem de pagamento.



6.3 Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá então à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha. A substituição do Agente Fiduciário observará as seguintes condições:

- I. nos casos de vacância, mediante nomeação pela Emissora e aprovação dos debenturistas, e aditamento à presente Escritura de Emissão;
- II. é facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia dos debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- III. a substituição do Agente Fiduciário fica condicionada à comunicação prévia à CVM;
- IV. em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja escolhida pela Emissora e aprovada pelos debenturistas e assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário;



[Handwritten signatures and initials]

- V. a substituição não implicará em remuneração proporcional superior à ora avençada. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos debenturistas, na forma do inciso XX da Cláusula 6.4 abaixo; e
- VI. serão efetuados os pagamentos observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços.

6.4 São deveres do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. observado o disposto no inciso III da Cláusula 6.2 acima, custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos serviços; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- VI. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- VII. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- VIII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- IX. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

IO DE
CAPITAL
ARO
O
335/94)
Niveira
Alheiros
(34)
- 4.º Andar
55-9537



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

- X. solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- XI. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- XII. convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- XIII. comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XIV. elaborar relatório anual destinado aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (d) resgate, repactuação, amortização e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (e) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (f) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, principalmente aquelas previstas nas Cláusulas 5.1 acima e 8.1 abaixo, conforme informações obtidas junto aos administradores da Emissora; e
 - (h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

TRU DE
A CAPITAL
ISARO
ISO
to
18935/94)
= Oliveira
= Matheiros
uto
335/94)
29 - 4.º Andar
4-255-9537



XV. colocar o relatório de que trata o inciso XIV acima à disposição dos debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- (a) na sede da Emissora;
- (b) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- (c) na CVM;
- (d) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
- (e) na sede da instituição que liderou a colocação das Debêntures;

XVI. publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XIV acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XV acima;

XVII. manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;

XVIII. coordenar, em ocorrendo o resgate parcial das Debêntures a que se refere a Cláusula 3.17 acima, o sorteio das Debêntures a serem resgatadas;

XIX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, principalmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, principalmente as Cláusulas 5.1 acima e 8.1 abaixo, conforme informações obtidas junto aos administradores da Emissora, informado prontamente aos debenturistas as eventuais inadimplências verificadas; e

XX. notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- (a) à CVM;
- (b) às Bolsas de Valores, quando for o caso; e

15/94)
iveira
theiros
34)
4.º Andar
5-9537



(c) à Emissora.

6.5 No caso de inadimplemento da Emissora de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, principalmente as Cláusulas 3.25 e 3.25.1 acima, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;
- III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os debenturistas realizem seus créditos; e
- IV. representar os debenturistas em processo de falência ou concordata da Emissora.

ESTRO DE
DA CAPITAL
SSABO

OSO
ata
di 9335/94)
e Oliveira
o Malheiros
auto
9335/94)
29 - 4.º Andar
1-255-9537

6.5.1 Observado o disposto nas Cláusulas 3.25 e 3.25.1 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I a III da Cláusula 6.5 acima se, convocada a assembléia de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos debenturistas titulares das Debêntures em circulação. Na hipótese do inciso IV da Cláusula 6.5 acima, será suficiente a deliberação da maioria dos debenturistas titulares das Debêntures em circulação.

VII

DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

- 7.1 Os titulares das Debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberarem sobre a matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.
- 7.2 A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação e pela CVM.
- 7.3 Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas.
- 7.4 A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número;
- 7.5 Ressalvadas as disposições expressas previstas nesta Escritura de Emissão ou em lei, e salvo no que se refere a modificações nas condições das Debêntures,



que dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação, as demais deliberações a serem tomadas em assembléia geral de debenturistas dependerão da aprovação da maioria absoluta de votos dos debenturistas presentes na assembléia, excluindo-se, em qualquer caso, para efeito de quorum, os votos em branco e as Debêntures pertencentes à Emissora, qualquer de suas subsidiárias, coligadas ou controladoras ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas.

- 7.6 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembléias dos debenturistas.
- 7.7 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

NO DE
CAPITAL
SARO
SO
8935/94)
Oliveira
Malheiros
15/94)
9 - 4.º Andar
255-9537

VIII

DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1 A Emissora neste ato declara que:

- I. é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- II. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastante para tanto;
- III. todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- IV. os termos desta Escritura de Emissão (a) não implicam o inadimplemento da Emissora em qualquer contrato ou documento do qual a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) não contrariam qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial pendente em face da Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou que afete a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades; e



- V. esta Escritura de Emissão constitui obrigação exequível, válida e eficaz da Emissora.

IX

DAS DESPESAS

- 9.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos com o registro e publicação dos atos necessários à colocação das Debêntures da presente emissão, tais como esta Escritura de Emissão e a assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora e a reunião do conselho de administração que deliberaram sobre esta emissão das Debêntures.

X

DAS COMUNICAÇÕES

0 DE
CAPITAL
ARO
35/94)
iveira
heiros
4) -
1.º Andar
-9537

- 10.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

I. para a Emissora:

BSE S.A.
Rua Flórida 1970, 4º andar (parte)
04565-907 São Paulo, SP
At.: Sr. Renato Friedrich
Telefone: (11) 5509 6144
Fac-símile: (11) 5506 6140

II. para o Agente Fiduciário:

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.
Av. Paulista 2439, 11º andar
01311-300 São Paulo, SP
At.: Srta. Viviane A. Rodrigues dos Santos
Telefone: (11) 3061 9444
Fac-símile: (11) 3061 0964

- 10.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fac-símile deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.



Handwritten signatures and initials.



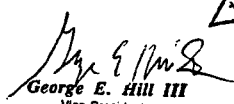

XI

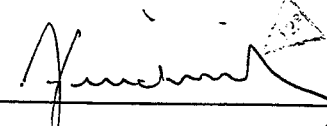

DO FORO

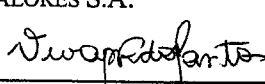
11.1 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

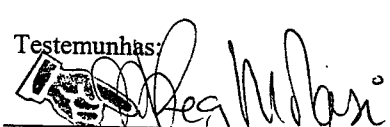


Estando assim certas e ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 18 de janeiro de 2001

BSE S.A.  
George E. Hill III
Vice-Presidente
Engenharia

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.  
Carlos Arnaldo Borges de Souza

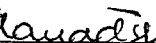

Viviane A. R. dos Santos

Testemunhas:   
Nome: MAURA REGINA MENDES PASSI Nome: CATHERINE D. M. BARBOSA
Id.: 12.730.020-X Id.: 21.279.088


dr. George Ferraris Fernandes
Advogado

OFICIAL DE REG. CIVIL DO JAR SUBD. DE CERQUEIRA CESAR - SÃO PAULO - SP
Rua Frei Caneca, 1242 - São Paulo - SP
Reconheço por semelhança a firma de: MAURA REGINA MENDES PASSI, ou
te.
São Paulo, 19 de Janeiro de 2001.
Em Testemunha da verdade

Valido somente com selo de autenticidade.
20026691091715000651531Firma 1.937.11


Flávia Soares Ferreira
Escritor Autorizada





BSE S.A.

15º. OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São Paulo

REGISTRO
10.628

FICHA
001

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

REGISTRO Nº 10.628 - São Paulo, 19 de Janeiro de 2.001.

EMITENTE: BSE S/A., com sede nesta Capital, na Rua Flórida, nº 1970, 4º andar (parte), CNPJ/MF nº 68.704.923/0001-68.

AGENTE FIDUCIÁRIO: PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A., com sede nesta Capital, na Avenida Paulista, 2439, 11º andar, CNPJ nº 00.806.535/0001-54.

DATA E PUBLICAÇÃO DOS ESTATUTOS: Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 04 de dezembro de 2.000 registrada sob nº 231.432/00-8 na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP.

DATA E ARQUIVAMENTO DA ATA DE AUTORIZAÇÃO: Ata da Reunião do Conselho de Administração em 4 de dezembro de 2.000, registrada sob nº 231.388/00-7 e de 15 de dezembro de 2.000, registrada sob nº 239.561/00-4, na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP.

TÍTULO: EMISSÃO DE DEBÊNTURES.

FORMA DO TÍTULO: Escritura Particular de Emissão de Debêntures de 19 de dezembro de 2.000.

DA EMISSÃO: A emissão observará as seguintes condições: I - DA AUTORIZAÇÃO - 1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações da assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 4 de dezembro de 2000 e da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 15 de dezembro de 2000. 1.2. A assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora delegou ao conselho de administração da Emissora competência para (i) alterar, se necessário, as matérias aqui dispostas, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404/76; e (ii) cancelar as Debêntures não colocadas ou mantidas em tesouraria, neste caso após a

Continua no Verso

REGISTRO
10.628

FICHA
001
VERSO

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

declaração do Agente Fiduciário sobre a regularidade do cancelamento. II - DOS REQUISITOS - 2.1. A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos: I. arquivamento e publicação das atas da assembléia geral extraordinária e da reunião do conselho de administração. As atas da assembléia geral extraordinária e da reunião do conselho de administração que deliberaram sobre a emissão das Debêntures serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo e publicadas no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no jornal "O Estado de São Paulo"; II. registro da Escritura de Emissão. A presente Escritura de Emissão será registrada no competente cartório de registro de imóveis da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo; III. registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A emissão será registrada na CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes; IV. registro no Sistema Nacional de Debêntures ("SND"). A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto ("ANDIMA"), e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"); e V. registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID"). A emissão será registrada na ANBID, em atendimento ao Código de Auto-Regulação da ANBID aprovado em sua assembléia geral realizada em 27 de agosto de 1998. III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO - 3.1. Objeto social da Emissora. A Emissora tem por objeto social a implantação, operação e prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo a compra, a venda, a

Continua na ficha 002

15.º OFICIAL DE REGISTRO
IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO PAULO
ROSTALDO
NELSON
Oficial de Registro
Art. 28 § 1.º da Lei
José Roberto Lopo
José Givaldo Figueira
Oficial de Registro
Art. 28 § 2.º da Lei
Rosa Conceição Gonçalves
São Paulo - Tels. 255-58

15º. OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São Paulo

REGISTRO
10.628

FICHA
002

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

**REGISTRO DE
DA CAPITAL
ASSARO**

ROSSO
Título
Lei 8935/94)
de Oliveira
do Malheiros
Título
8935/94)
29 - 4º Andar
14 - 255-9537

locação, a cessão de uso de meios e equipamentos a qualquer título, a importação e a exportação de equipamentos e a prestação de serviços a usuários de seus serviços. A Emissora poderá participar de outras sociedades, civis ou comerciais, como sócia ou acionista e ainda em consórcios, para o fim de desenvolver os propósitos acima descritos.

3.2. Número da emissão. A presente Escritura de Emissão representa a primeira emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Valor total da emissão. O valor total da presente emissão é de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

3.4. Valor nominal. As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal").

3.5. Quantidade. Serão emitidas 4.400 (quatro mil e quatrocentas) Debêntures.

3.6. Séries. A emissão será realizada em série única.

3.7. Conversibilidade e forma. As Debêntures serão não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Itaú S.A., instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será expedido pelo SND o Relatório de Posição de Ativos, acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND.

3.8. Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária.

3.9. Colocação. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, utilizando-se o procedimento

Continua no Verso

REGISTRO
10.628FICHA
002
VERSO

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes dos coordenadores ("Coordenadores") que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures. 3.10. Negociação. A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP. 3.11. Data de emissão. A data de emissão das Debêntures será 20 de janeiro de 2001 ("Data de Emissão"). 3.12. Prazo e data de vencimento. O prazo das Debêntures será de 60 (sessenta) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de janeiro de 2006. 3.13. Prazo de subscrição e forma de integralização. Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM e a segunda publicação do anúncio de início de distribuição, as Debêntures serão subscritas em até 6 (seis) meses contados da data do deferimento do respectivo registro pela CVM ("Prazo de Subscrição"). A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos - SDT, disponibilizado pela CETIP. A integralização das Debêntures será à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização"). As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal acrescido da Remuneração do Primeiro Período de incidência (conforme definido abaixo), calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a Data de Integralização. 3.14. Pagamento do Valor Nominal. O Valor Nominal será pago em 1 (uma) única parcela, ocorrendo o pagamento em 20 de janeiro de 2006, por ocasião do vencimento das Debêntures. 3.15. Remuneração. Sobre o Valor Nominal incidirá, a partir da

Continua na ficha 003

15.º OFICIAL DE
MOVIS DA COMAR
ROSALEDO
OAB
OAB/SP
(art. 30 § 1º, 2º)
José Roberto de
José Gustavo Pires
OAB/SP
(art. 30 § 1º)
Assessoria Consultoria
São Paulo - Tels. 22

15º. OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São Paulo

REGISTRO
10.628

FICHA
003

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

REGISTRO DE
DA DA CAPITAL
DASSARO

OROSO
stituto
Lei 8935/94)
de Oliveira
redo Malheiros
stituto
Lei 8935/94)
iano, 29. 4.º And
9844-255-9537

Data de Emissão, uma taxa de remuneração pós-fixada ou pré-fixada, acrescida de sobretaxa, cujo período de incidência, intervalo de pagamento e respectivo(s) percentual(is) serão definidos pelo conselho de administração da Emissão ("Remuneração"). 3.15.1. Entende-se por "Período de Incidência de Remuneração" o espaço de tempo durante o qual a respectiva Remuneração permanece inalterada. 3.15.2. O primeiro Período de Incidência de Remuneração terá início na Data de Emissão e encerramento 24 (vinte e quatro) meses após a Data de Emissão, incluindo-se neste o primeiro dia e excluindo-se o último. Para o primeiro Período de Incidência de Remuneração, a taxa de remuneração das Debêntures será de 100% (cem por cento) da taxa de juros de Depósitos Interfinanceiros-DI de um dia-extra grupo, expressa em percentual ao ano, calculada e divulgada pela CETIP, acrescida da sobretaxa correspondente ao percentual efetivo de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) ao ano, base 252 dias ("Remuneração do Primeiro Período de Incidência"). 3.15.2.1. Periodicidade de pagamento da Remuneração do Primeiro Período de Incidência. A Remuneração do Primeiro Período de Incidência será paga semestralmente nas datas definidas abaixo. O primeiro Período de Incidência de Remuneração será composto de 4 (quatro) Subperíodos de Incidência (conforme definido abaixo), que serão utilizados unicamente para o cálculo e pagamento semestral da Remuneração do Primeiro Período de Incidência, intercalados pelas datas de pagamento, conforme descrito abaixo: 1º Subperíodo de Incidência, tem início na Data de Emissão e término 6 (seis) meses contados da Data de Emissão; 2º Subperíodo de Incidência, tem início 6(seis) meses contados

Continua no Verso

REGISTRO
10.628

FICHA
003
VERSO

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

da Data de Emissão e término 12(doze) meses contados da Data de Emissão; 3º Subperíodo de Incidência, tem início 12(doze) meses contados da Data de Emissão e término 18(dezoito) meses contados da Data de Emissão; 4º Subperíodo de Incidência, tem início 18(dezoito) meses contados da Data de Emissão e término 24(vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão. 3.15.2.2. Fórmula de cálculo da Remuneração do Primeiro Período de Incidência.

$$J = VN \times \left[\prod_{i=1}^{i=f} (FI_i) \right] \times (S)-1$$

Onde: J = valor da Remuneração a ser paga nas datas de seus respectivos vencimentos; VN = Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal da Debênture, no início do Subperíodo de Incidência... (conforme definido abaixo):.....

$i=f$

$\prod_{i=1}^i$

produto dos i termos FI referentes a cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Subperíodo de Incidência; com i variando de 1 até f.

f = número de dias úteis contidos entre o início e o fim de cada Subperíodo de Incidência.

FI_i = fatores de remuneração, verificados nos f dias úteis entre a data de início do Subperíodo de Incidência e a data final do Subperíodo de Incidência, e obtidos a partir da seguinte fórmula:

$$FI = \left[\frac{\text{CDI CETIP} + 1}{100} \right]^{\frac{dj}{252}} \text{ onde:}$$

continua na ficha 04

15.º OFICIAL DE
MOVES DA COMAR
ROSVALDO
Oficial
NELSON A.
Oficial Su
(art. 20 § 1.º e 2.º)
José Roberto L.
José Odval F.
Oficial S
(art. 20 § 2.º)
Conselheiro Crise
Paulo - Tels. 25

15º. OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São Paulo

REGISTRO
10.628

FICHA
04

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

CDI CETIP = taxa média diária de depósitos interfinanceiros..
- DI de um dia - extra grupo, calculadas e divulgadas pela
CETIP, em cada dia útil contido entre o início e o fim de ca-
da Subperíodo de Incidência, expressa em percentual ao ano;
dj= número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de va-
lidade da taxa CDI CETIP; S= fator da sobretaxa calculado con-
forme fórmula abaixo:

$$S = \left| \frac{1,2}{100} + 1 \right| \left| \frac{du}{252} \right|, \text{onde:}$$

du = número de dias úteis de cada Subperíodo de Incidência.

"Subperíodo de Incidência" é o intervalo de tempo que se
inicia na data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro
Subperíodo de Incidência, ou nas datas previstas dos
pagamentos da Remuneração do Primeiro Período de
Incidência, inclusive, no caso dos Subperíodos de
Incidência subsequentes, e termina nas datas previstas dos
pagamentos da Remuneração do Primeiro Período de Incidência,
exclusive correspondente ao período. Cada Subperíodo de
Incidência sucede o anterior sem solução de continuidade.

3.15.2.3. Extinção, impossibilidade legal de utilização ou
não divulgação da Taxa CETIP. Nos casos de (i)
indisponibilidade da "taxa de Depósitos Interfinanceiros ;
DI de um dia, extra grupo" ("Taxa CETIP") por prazo
superior a 8 (oito) dias úteis; (ii) extinção da Taxa
CETIP; ou (iii) impossibilidade legal de aplicação da Taxa
CETIP às Debêntures, será aplicada a taxa que vier a
substituí-la. Na ocorrência de qualquer destas hipóteses
sem que tenha sido determinada uma taxa substituta, o
Agente Fiduciário convocará assembléia geral de
debenturistas, exclusivamente para definição do novo
parâmetro de remuneração das Debêntures proposto pela

continua no verso

REGISTRO DE
DA CAPITAL
PASSARO

OROSO

Instituto

Lei 8935/94)

es de Oliveira

redo Malheiros

Instituto

Lei 8935/94)

iano, 29 - 4.º Andar

5-9844-255-9537

REGISTRO
10.628FICHA
004
VERSO

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

Emissora. Não sendo aceito o novo parâmetro pela assembléia geral de debenturistas, haverá a repactuação das Debêntures antes do encerramento do primeiro Período de Incidência de Remuneração, aplicando-se o disposto na Cláusula 3.16 abaixo. 3.16. Repactuação. O conselho de administração da Emissora deliberará e comunicará aos debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data de encerramento de cada Período de Incidência de Remuneração, as condições aplicáveis ao Período de Incidência de Remuneração subsequente, incluindo: I. o prazo do Período de Incidência de Remuneração subsequente; II. a modalidade e os percentuais da taxa de Remuneração e prêmio, se houver, para o Período de Incidência de Remuneração subsequente; III. a existência ou não de amortização das Debêntures durante o Período de Incidência de Remuneração subsequente; e IV. a periodicidade de pagamento da Remuneração e do prêmio e da amortização, se houver qualquer dos dois últimos. 3.16.1. As condições fixadas pelo conselho de administração da Emissora de acordo com o disposto na Cláusula 3.16 acima serão comunicadas aos debenturistas na forma da Cláusula 3.24 abaixo, concedendo-se o prazo de, no mínimo, 5(cinco) dias úteis, contado da data da publicação da comunicação, para que os debenturistas que não aceitarem as condições fixadas manifestem sua não aceitação através do SND, cabendo ao conselho de administração da Emissora fixar na referida comunicação o prazo máximo para a manifestação dos debenturistas, que não poderá exceder a data de encerramento do respectivo Período de Incidência de Remuneração. A falta de manifestação por parte dos debenturistas no prazo a que se refere esta Cláusula ou a

Continua na ficha 005

15.º OFICIAL DE REG
MOVEIS DA COMARCA
ROSVALDO C
Ocelal
NELSON ENO
Oficial Subst
(art. 20 § 1.º e 2.º)
José Roberto Lopes
José Otavio Figueira
Oficial Subst
(art. 20 § 2.º - Lei
Rua Conselheiro Crispiniani
São Paulo - Tels. 255-98

15º. OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São Paulo

REGISTRO
10.628

FICHA
005

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

REGISTRO DE
IMÓVEL NA CAPITAL
SSARO
OSO
ito
di 8835/94)
e Oliveira
, Matheiros
uto
335/94)
29 - 4.º Andar
1- 255-9537

manifestação relativa a somente parte das Debêntures de que forem titulares será considerada aceitação, por tais debenturistas, aos termos da repactuação relativamente às Debêntures que não forem indicadas nos termos desta Cláusula. 3.16.2. A Emissora obriga-se a adquirir ou resgatar as Debêntures dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo conselho de administração da Emissora e que se manifestaram de acordo com o disposto na Cláusula 3.16.1 acima, pelo Valor Nominal acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição ou resgate, se houver, que deverá ocorrer na data de encerramento do respectivo Período de Incidência de Remuneração. A aquisição ou resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. No caso de aquisição das Debêntures, as Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos desta Cláusula poderão, por opção da Emissora, ser mantidas em tesouraria, canceladas ou vendidas a terceiros, a qualquer tempo. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação. 3.17. Resgate antecipado facultativo. A Emissora poderá resgatar antecipadamente as Debêntures, observadas as regras estabelecidas pela CVM, a qualquer tempo, mediante pagamento do Valor Nominal, acrescido da Remuneração aplicável até a data do resgate, calculada pro rata temporis, a partir da data do último pagamento da Remuneração, devendo a Emissora publicar aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante sorteio nos

Continua no Verso

REGISTRO
10.628FICHA
005
VERSO

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis. As Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas. Ocorrendo o resgate de Debêntures nos termos desta Cláusula durante o primeiro Período de Incidência de Remuneração, a Emissora deverá, ainda, pagar um prêmio de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor de resgate a que se refere esta Cláusula. Este prêmio será proporcional ao prazo restante entre a data do resgate e a data de término do primeiro Período de Incidência de Remuneração, sendo que o prêmio pago em caso de resgate na Data de Integralização será de 0,3% (três décimos por cento), e não haverá prêmio em caso de resgate na data de término do primeiro Período de Incidência de Remuneração, conforme a seguinte fórmula:

$$P = d/D * 0,3\%, \text{ onde: } P = \text{prêmio (em porcentagem); } d = \text{quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data de resgate e a data de término do primeiro Período de Incidência de Remuneração; e } D = \text{quantidade de dias corridos entre a Data de Integralização e a data de término do Primeiro Período de Incidência de Remuneração.}$$

3.18. Aquisição facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando percolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação. 3.19. Resgate antecipado obrigatório. Observado o disposto nas Cláusulas 3.19.1, 3.19.2 e 3.19.3 abaixo, a Emissora resgatará

Continua na ficha 006

16.º OFICIAL DE
MOVEIS DA COMARCA
ROSVALDO
Oficial
NELSON A.
Oficial St.
(art. 20 § 1.º e 2.º)
José Roberto R.
José Odival F.
Oficial S.
(Art. 20 § 2.º)
Rua Conselheiro Cris
São Paulo - Tels. 26

15º. OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São Paulo

REGISTRO
10.628

FICHA
006

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

REGISTRO DE
DA DA CAPITAL
CASSARO
de
IOBOSO
stituto
Lei 8935/94)
de Oliveira
redo Malheiro
stituto
Lei 8935/94)
ano, 29. 4.º Andar
5-9844-255-9537

antecipadamente as Debêntures na ocorrência dos seguintes eventos: I. alienação, pelos atuais controladores da Emissora, de suas participações no capital social da Emissora a terceiros, de forma a alterar o controle direto ou indireto da Emissora. Entende-se por terceiros quaisquer sociedades que não façam parte do conjunto de sociedades controladas direta ou indiretamente por Bell South Corporation ou pelo Grupo Safra; II. pré-pagamento do principal em relação às obrigações financeiras internacionais da Emissora, representadas pelas floating Rate Notes no valor de US\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) e pelo Commercial Paper no valor de US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), durante o prazo de vigência das Debêntures; III. não recebimento, pela Emissora, de seus acionistas, de recursos equivalentes aos juros relativos às obrigações financeiras internacionais a que se refere o inciso II acima, sendo que estes recursos poderão ser recebidos pela Emissora em forma de empréstimos de acionistas ou aumento de capital. Em caso de empréstimo dos acionistas, esses empréstimos serão subordinados às Debêntures durante seu período de vigência, e os pagamentos de juros e principal desses empréstimos somente ocorrerão após o pagamento de todas as obrigações relacionadas às Debêntures; IV. redução do capital social da Emissora; e V. vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), em razão de inadimplemento contratual, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta

Continua no Verso

REGISTRO
10.628

FICHA
006
VERSO

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

Escritura de Emissão. 3.19.1. Ocorrendo qualquer dos eventos previstos na Cláusula 3.19 acima, o Agente Fiduciário deverá publicar, no prazo máximo de 3(três) dias contado da data da ocorrência do evento, anúncio nos termos da Cláusula 3.24 abaixo informando sua ocorrência e solicitando que os debenturistas se manifestem, através do SND, no prazo de 5(cinco) dias úteis contados da data da publicação do aviso, sua intenção de ter todas ou parte das Debêntures de que são titulares resgatadas pela Emissora, indicando a quantidade de Debêntures a serem resgatadas pela Emissora. 3.19.2. A Emissora obriga-se a resgatar as Debêntures dos debenturistas que se manifestaram nos termos da Cláusula 3.19.1 acima, mediante pagamento do Valor Nominal, acrescido da Remuneração aplicável até a data do resgate, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento em até 5(cinco) dias úteis contados da data de término do prazo a que se refere a Cláusula 3.19.1 acima. 3.19.3. A falta de manifestação por parte dos debenturistas no prazo a que se refere a Cláusula 3.19.1 acima ou a manifestação relativa a somente parte das Debêntures de que forem titulares, será considerada aceitação, por tais debenturistas, da ocorrência do evento relativamente às Debêntures não alcançadas pelo previsto na Cláusula 3.19.1 acima. 3.20. Encargos moratórios. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso serão acrescidos de Remuneração, bem como de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

Continua na ficha 007

5.º OFICIAL DE REGISTRO
IMOVEIS DA COMARCA DE
ROSAVALDO CA
Oficial
NELSON ARAUJO
Oficial Substituto
(Art. 20 § 1.º & 3.º - Lei
José Roberto Lopes de
José Odival Figueiredo
Oficiais Substitutos
(Art. 20 § 2.º - Lei 89
Rua Conselheiro Crispiniano, 2
São Paulo - Tels. 255-8844

15º. OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São PauloREGISTRO
10.628FICHA
007**LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR**RO DE
A CAPITAL
SAROSO
8935/94)
Oliveira
Malheiros
to
5/94)
3. 4.º Andar
255-9537

3.21. Decadência dos direitos aos acréscimos. O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento. 3.22. Local de pagamento. Os pagamentos referentes ao principal e à Remuneração a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora, por intermédio do SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, e na instituição depositária para os debenturistas que não estiverem vinculados ao SND. 3.23. Prorrogação dos prazos. Considerar-se-ão porrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábados e domingos. 3.24. Publicidade. Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que de qualquer forma vierem a envolver interesses dos debenturistas, serão veiculados, em forma de aviso, no jornal "O Estado de S. Paulo", em prazos tais que permitam aos debenturistas o adequado acompanhamento das ocorrências durante o prazo de existência das Debêntures, exceção feita aos anúncios de início e de encerramento de distribuição, que serão publicados no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional.

Continua no Verso

REGISTRO
10.628FICHA
007
VERSO

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

3.25. Vencimento antecipado. Observado o disposto nas Cláusulas 3.25.1 e 3.25.2 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso II abaixo, dos encargos moratórios previstos na Cláusula 3.20 acima, de acordo com o previsto na Cláusula 3.25.2 abaixo), na ocorrência dos seguintes eventos: I. decretação de falência da Emissora ou pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora; II. não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, da Remuneração e de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da respectiva data de vencimento; III. falta de cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer outra obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário; IV. extinção da licença para exploração de telefonia móvel celular na área que compreende os Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte - Área 10; e V. protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou a constituição da Emissora em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, salvo se o protesto ou constituição em mora tiver sido efetivado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados, ou da obrigação que esteja em atraso, for objeto de depósito em

Continua na ficha 008

ALDO C
IA COMAR
WALDO C
Oficial
NELSON AM
Oficial Sub
§§ 1.º e 3.º
Roberto Lope
lival Figueir
Oficial Sub
rt. 20 § 1.º - 2.º
selhete C
aulo - Tels. 255-8

15º. OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São Paulo

REGISTRO
10.628

FICHA
008

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

REGISTRO DE
DA CAPITAL
ASSARO

REGISTRO
Lei 8935/94
de Oliveira
de Malheiros
Registado
8935/94
1.29 - 4.º Andar
14-255-9537

juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas de sua ocorrência. 3.25.1. Ocorrendo qualquer dos eventos previstos nos incisos I a IV da Cláusula 3.25 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos no inciso V da Cláusula 3.25 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 3 (três) dias contados da data da ocorrência, assembléia de debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei, para, se assim vier a ser aprovado pela maioria dos titulares das Debêntures em circulação, declarar o vencimento antecipado das Debêntures. 3.25.2. Na ocorrência do vencimento antecipado, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso II da Cláusula 3.25 acima, dos encargos moratórios, calculados desde a data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculados pro rata temporis desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, em até 10(dez) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula 10.1 abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, pelo pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 3.20 acima, que, na hipótese prevista no inciso II da Cláusula 3.25 acima, serão calculados desde a data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados. IV - DESTINAÇÃO DOS RECURSOS - 4.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a distribuição das Debêntures serão aplicados na liquidação das notas promissórias emitidas e distribuídas no mercado

Continua no Verso

REGISTRO
10.628

FICHA
008
VERSO

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

de capitais nacional em 7 de agosto de 2000. V - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA - 5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a: I. fornecer ao Agente Fiduciário: (a) cópia das demonstrações financeiras relativas a cada exercício social, no prazo de até 90 (noventa) dias do término do respectivo exercício social; (b) as informações previstas na Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM; (C) com a maior brevidade possível, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada; (d) informações sobre alterações estatutárias ocorrida na Emissora; (e) avisos aos debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias de acionistas e de reuniões do conselho de administração que de alguma forma envolvam o interesse dos debenturistas, na mesma data em que forem publicados ou, se não forem publicados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da data em que forem realizados; e (f) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário; II. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM; III. submeter a presente emissão de Debêntures e sua revisão anual a avaliação por, pelo menos, duas agências classificadoras de crédito em funcionamento no País e conceituadas internacionalmente; IV. efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas, pelo menos semestralmente, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, bem como observar as disposições contidas na Instrução CVM nº

Continua na ficha 009

15.º Oficial de Ar
MOVEIS DA CVM
ROSALEDO C
Oficial
NELSON AMO
Oficial Sub
(Art. 20 § 1.º e 2.º)
José Roberto Lopes
José Odval Figueira
Oficial Sub
(Art. 20 § 2.º - Lc
Rua Conselheiro Crispin
São Paulo - Tels. 255-8

15º. OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São Paulo

REGISTRO
10.628

FICHA
009

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

207, de 1º de fevereiro de 1994; V. estruturar e manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, ou contratar instituição financeira autorizada para que preste esse serviço; e VI. não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei e conforme estabelecido pelo estatuto social da Emissora, ou qualquer outra participação estatutária em lucros, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures. VI - DO AGENTE FIDUCIÁRIO - 6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto da presente Escritura de Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário e interveniente, que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos debenturistas perante a Emissora, declarando: I. sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida; II. aceitar a função que lhe foi conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão; III. aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições; e IV. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983. 6.1.1. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura de Emissão ou eventual aditamento, devendo permanecer no exercício de

Continua no Verso

DE
DA CAPITAL
ISSUO

7050

foto
del 8335/94)
do Oliveira
do Malheiros
foto
8335/94)
2.09 - 4.º Andar
44-255-9537

REGISTRO
10.628

FICHA
009
VERSO

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

suas funções até a sua efetiva substituição e/ou vencimento das Debêntures. 6.2. O Agente Fiduciário receberá pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração: I. parcelas anuais de R\$10.000,00 (dez mil reais), sendo a primeira a ser paga em 5(cinco) dias úteis contados da data de obtenção do registro da emissão na CVM, contra a apresentação da respectiva nota fiscal, e as demais, no mesmo dia e mês de cada ano subsequente, até o vencimento das Debêntures ou seu resgate total, o que ocorrer primeiro; II. as parcelas a que se refere o inciso I acima serão reajustadas anualmente pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado ("IGPM"), verificada desde a data de vencimento da primeira parcela a que se refere o inciso I acima até a data do respectivo pagamento. Na falta ou na impossibilidade de utilização do IGPM, por força da legislação, será utilizado outro índice que venha a substituí-lo; III. a remuneração será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; IV. todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto no parágrafo 5 do artigo 68 da Lei nº 6.404/76, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários

Continua na ficha 010

OFICIAL DE REG
IMPLANTAÇÃO DA COMARCA
ROSAVALDO C.
Oficial
WILSON AMO
Oficial Subst
§§ 1.º e 5.º.
Alberto Lopes
val Figueira
Oficial Subst
20 § 2.º - Lei
heira Caspary
10 - Tels. 255-00

15º. OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São PauloREGISTRO
10.628FICHA
010

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

**STRO DE
DA CAPITAL
ISSARO**1050
ate
at 8935/94)
da Oliveira
do Malheiros
atute
8895/94)
1. 29. 4.º Andar
14-255-9537

advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, honorários advocatícios e custas judiciais e taxas judiciárias decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias; e V. a remuneração prevista no inciso I acima não inclui despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, que serão suportadas pela Emissora nos termos da Cláusula 6.2.1 abaixo e seguintes. 6.2.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos. O ressarcimento será efetuado após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos debenturistas. As despesas a que se refere esta Cláusula compreendem, inclusive, as seguintes: I. publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras publicações que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; II. extração de certidões; III. locomoções e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e IV. eventuais levantamentos adicionais, especiais ou perícias que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas. 6.2.2. O crédito do

Continua no Verso

REGISTRO
10.628

FICHA
010
VERSO

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

Agente Fiduciário que não tenha sido saldado na forma da Cláusula 6.2.1 acima, desde que razoável e devidamente comprovado, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá às Debêntures na ordem de pagamento. 6.3. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8(oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá então à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha. A substituição do Agente Fiduciário observará as seguintes condições: I. nos casos de vacância, mediante nomeação pela Emissora e aprovação dos debenturistas, e aditamento à presente Escritura de Emissão; II. é facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia dos debenturistas especialmente convocada para esse fim; III. a substituição do Agente Fiduciário fica condicionada à comunicação prévia à CVM; IV. em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja escolhida pela Emissora e

Continua na ficha 011

11.º OFFICIAL DE REG.
IMOVEIS DA COMARCA
ROSAVALDO CA
OFFICIAL
NELSON ASSON
OFFICIAL Substit.
(Art. 20 § 1.º e 2.º - L. 6.766/68)
José Roberto Lopes e
Odival Figueiredo
OFFICIAL Substit.
(Art. 20 § 2.º - L. 6.766/68)
Rua Conselheiro Crispiniano,
São Paulo - Tels. 255-8394

15º. OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São Paulo

REGISTRO
10.628

FICHA
011

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

PRO DE
A CAPITAL
SABO

SO

9335/94)
Oliveira
Malheiros
to
5/94)
3 - 4.º Andar
255-9537

aprovada pelos debenturistas e assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário; V. a substituição não implicará em remuneração proporcional superior à ora avençada. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos debenturistas, na forma do inciso XX da Cláusula 6.4 abaixo; e VI. serão efetuados os pagamentos observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços. 6.4. São deveres do Agente Fiduciário: I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente; II. observado o disposto no inciso III da Cláusula 6.2 acima, custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos serviços; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários; III. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens; IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão; V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções; VI. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento; VII. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos

Continua no Verso

REGISTRO
10.628

FICHA
011
VERSO

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários; VIII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações; IX. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures; X. solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora; XI. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora; XII. convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações; XIII. comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas; XIV. elaborar relatório anual destinado aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações: (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora; (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período; (c) posição da distribuição

Continua na ficha 012

15.º OFICIAL DE REG.
MOEIS DA COMARCA
ROSVALDO CA
Oficial
NELSON AMOR
Oficial Substituto
(Art. 20 § 1.º a 5.º - L.
José Roberto Lopes
José Odival Figueiredo
Oficiais Substitutos
(Art. 20 § 2.º - Lei 5.
Rua Conselheiro Crispiniano,
São Paulo - Tels. 255-8844

15º. OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São Paulo

REGISTRO
10.628

FICHA
012

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

TRUCE
A CAPITAL
SARO

ISO

8935/94)
Oliveira
Malheiros
to
35/94)
9 - 4.º Andar
255-9537

ou colocação das Debêntures no mercado; d) resgate, repactuação, amortização e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; (e) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; (f) relação dos bens e valores entregues à sua administração; (g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, principalmente aquelas previstas nas Cláusulas 5.1 acima e 8.1 abaixo, conforme informações obtidas junto aos administradores da Emissora; e (h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário; XV. colocar o relatório de que trata o inciso XIV acima à disposição dos debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais: (a) na sede da Emissora; (b) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado; (c) na CVM; (d) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e na sede da instituição que liderou a colocação das Debêntures; XVI. publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XIV acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XV acima; XVII. manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora; XVIII. coordenar, em ocorrendo o resgate parcial das Debêntures a que se refere a Cláusula 3.17 acima, o sorteio das Debêntures a serem resgatadas; XIX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes

Continua no Verso

REGISTRO
10.628

FICHA
012
VERSO

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

desta Escritura de Emissão, principalmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, principalmente as Cláusulas 5.1 acima e 8.1 abaixo, conforme informações obtidas junto aos administradores da Emissora, informado prontamente aos debenturistas as eventuais inadimplências verificadas; e XX. notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 5(cinco) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada: - (a) à CVM; (b) às Bolsas de Valores, quando for o caso; e (c) à Emissora. 6.5. No caso de inadimplemento da Emissora de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto: I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, principalmente as Cláusulas 3.25 e 3.25.1 acima, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios; II. requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais; III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os debenturistas realizem seus créditos; e IV. representar os debenturistas em processo de falência ou concordata da Emissora. 6.5.1. Observado o disposto nas Cláusulas 3.25 e 3.25.1 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da

Continua na ficha 013

OFICIAL DE REGISTRO
DA COMARCA
SVALDO CA
Oficial
NELSON AMORIM
Oficial Substituto
§§ 1.º e 2.º - L.
Roberto Lopes
Rival Figueiredo
Oficial Substituto
Art. 20 § 2.º - Lei 8
Almeida Crispiniano,
Rio - Tels. 255-3844

15º. OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São Paulo

REGISTRO
10.628

FICHA
013

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

STRO DE
IA CAPITAL
SSARO

DSC
to
8935/94)
Oliveira
Malheiros
to
35/94)
9 - 4.º Andar
255-9537

responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I a III da Cláusula 6.5 acima se, convocada a assembléia de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos debenturistas titulares das Debêntures em circulação. Na hipótese do inciso IV da Cláusula 6.5 acima, será suficiente a deliberação da maioria dos debenturistas titulares das Debêntures em circulação. VII - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS - 7.1. Os titulares das Debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberarem sobre a matéria de interesse da comunhão dos debenturistas. 7.2. A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação e pela CVM. 7.3. Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas. 7.4. A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número; 7.5. Ressalvadas as disposições expressas previstas nesta Escritura de Emissão ou em lei, e salvo no que se refere a modificações nas condições das Debêntures, que dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação, as demais deliberações a serem tomadas em assembléia geral de debenturistas dependerão da aprovação da maioria absoluta de votos dos debenturistas presentes na assembléia, excluindo-se, em qualquer caso, para efeito de quorum, os votos em branco e as Debêntures pertencentes à Emissora,

Continua no Verso

REGISTRO
10.628

FICHA
013
VERSO

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

qualquer de suas subsidiárias, coligadas ou controladoras ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas.

7.6. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias dos debenturistas. 7.7. O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembleia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

VIII - DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA - 8.1. A Emissora

neste ato declara que: I. é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras; II. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastante para tanto; III. todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor; IV. os termos desta Escritura de Emissão (a) não implicam o inadimplemento da Emissora em qualquer contrato ou documento do qual a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) não contrariam qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial pendente em face da Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou que afete a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades; e

continua na ficha 14

OFICIAL DE RE
UNIVERSAL COMARC
ROSAVALDO C
Oficial
WILSON AMC
Oficial Subst
(art. 2º § 1.º e 5.º)
José Roberto Lopes
José Carlos Figueira
Oficiais Subst
(A. 052.º - Lei
Rua Conselheiro Crispiniano
São Paulo - Tels. 255-884

15º. OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São Paulo

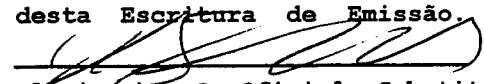

REGISTRO
10.628

FICHA
014

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

REGISTRO DE
DA CAPITAL
ISSUO

ISSUO
em 08/05/94
de Oliveira
e Malheiros
tuto
935/94)
29 - 4.º Andar
4-255-9537

V. esta Escritura de Emissão constitui obrigação exequível, válida e eficaz da Emissora. IX - DAS DESPESAS - 9.1. Correrão por conta da Emissora todos os custos com o registro e publicação dos atos necessários à colocação das Debêntures da presente emissão, tais como esta Escritura de Emissão e a assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora e a reunião do conselho de administração que deliberarem sobre esta emissão das Debêntures. X - DAS COMUNICAÇÕES - 10.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços: I. para a Emissora: BSE S.A., Rua Flórida 1970, 4º andar (parte), CEP 04565-907-São Paulo/SP, At.: Sr. Renato Friedrich, Telefone: (11)5509-6144, Fac-símile: (11) 5506-6140; II. para o Agente Fiduciário: PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., Av. Paulista 2439, 11º andar, CEP 01311-300, São Paulo/SP, At.: Srta. Viviane A. Rodrigues dos Santos, Telefone (11) 3061-9444, Fac-símile: (11) 3061-0964. 10.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fac-símile deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem. XI - DO FORO - 11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão. O Escrevente autorizado,  (José Odival Figueiredo Malheiros). O Oficial Substituto, 

Continua no Verso

REGISTRO
10.628

FICHA
014
VERSO

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

(Nelson Amoroso).

AV.01 - 10.628 - São Paulo, 19 de Janeiro de 2001

Do instrumento particular datado de 18 de janeiro de 2001, a Emissora: BSE S/A; o Agente Fiduciário: PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A, vem por esta e na melhor forma de direito, celebrar a primeira reratificação da "Escritura Particular de Emissão de Debêntures Não Conversíveis e Quirografárias da Primeira Emissão de BSE S.A., celebrada entre a Emissora e o Agente Fiduciário em 19 de dezembro de 2000, objeto do presente registro, que, nos termos desta "Primeira reratificação da escritura particular de emissão de debêntures não conversíveis e quirografárias da primeira emissão de BSE S.a. ("Escritura de Emissão"), passa, para todos os fins de direito, a constar com as seguintes cláusulas e condições: DA AUTORIZAÇÃO: - 1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações da assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 4 de dezembro de 2000 e da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 15 de dezembro de 2000. 1.2 A assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora delegou ao conselho de administração da Emissora competência para (i) alterar, se necessário, as matérias aqui dispostas, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, e (ii) cancelar as Debêntures não colocadas ou mantidas em tesouraria, neste caso após a declaração do Agente Fiduciário sobre a regularidade do cancelamento. II - DOS REQUISITOS: 2.1. A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos: I. arquivamento e publicação das atas da assembléia geral extraordinária e da

continua na ficha 15

15 - OFICIAL DE REGISTRO
JOSE VALDO C
OFICIAL
NELSON AMOROSO
OFICIAL SUBSTITUTO
011.º 6.5.º
Roberto Lope
Ivaldo Figueira
OFICIAL SUBSTITUTO
Art. 20 § 2.º - L.
Melheiro Crispiano
ulo - Tels. 2554

15º. OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São Paulo

REGISTRO
10.628

FICHA
015

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

REGISTRO DE
DA CAPITAL
ISSUO

BOSO
tuto
Lei 8935/94)
de Oliveira
do Malheiro
tuto
8935/94)
29 - 4.º And.
44-255-9537

reunião do conselho de administração. As atas da assembleia geral extraordinária e da reunião do conselho de administração que deliberaram sobre a emissão das Debêntures foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 12 de dezembro de 2000 e 26 de Dezembro de 2000, respectivamente, e publicadas no "Diário Oficial do Estado de São Paulo", e no jornal "O Estado de S.Paulo" em 14 de dezembro de 2000 e 4 de janeiro de 2001, respectivamente; II. registro da Escritura de Emissão: A presente Escritura de Emissão será registrada no competente cartório de registro de imóveis da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo; III. registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A emissão será registrada na CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes; IV. registro no Sistema Nacional de Debêntures ("SND"). A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto ("ANDIMA"), e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"); e V. registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID"). A emissão será registrada na ANBID, em atendimento ao Código de Auto-Regulação da ANBID aprovado em sua assembleia geral realizada em 27 de agosto de 1998. III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO - 3.1. Objeto social da Emissora. A Emissora tem por objeto social a implantação, operação e prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo a compra, a venda, a locação, a cessão de uso de meios e equipamentos a qualquer título, a importação e a exportação de equipamentos e a

Continua no Verso

REGISTRO
10.628FICHA
015
VERSO

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

prestação de serviços a usuários de seus serviços. A Emissora poderá participar de outras sociedades, civis ou comerciais, como sócia ou acionista e ainda em consórcios, para o fim de desenvolver os propósitos acima descritos.

3.2. Número da emissão. A presente Escritura de Emissão representa a primeira emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Valor total da emissão. O valor total da presente emissão é de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

3.4. Valor nominal. As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal").

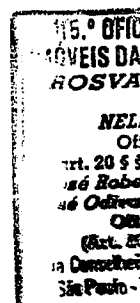
3.5. Quantidade. Serão emitidas 4.400 (quatro mil e quatrocentos) Debêntures.

3.6. Séries. A emissão será realizada em série única.

3.7. Conversibilidade e forma. As Debêntures serão não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Itaú S.A., instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será expedido pelo SND o Relatório de Posição de Ativos, acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND.

3.8. Espécie. AS Debêntures serão da espécie quirografária.

3.9. Colocação. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras, integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, não

Continua na ficha 016

15º. OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São Paulo

REGISTRO
10.628

FICHA
016

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

OF. DE REGISTRO DE
IMÓVEIS DA CAPITAL
DO CASSAR
Oficial
IN AMOROSO
al Substituto
do 5.º - Lei 8935/94
o Lopes de Oliveira
Figueiredo Malheiros
al Substituto
do 2.º - Lei 8935/94
Crispiano, 29. 4.º Andar
Is. 255-9844 - 255-9637

existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes dos coordenadores ("Coordenadores") que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures. 3.10. Negociação. A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP. 3.11. Data de emissão. A data de emissão das Debêntures será 20 de janeiro de 2001 ("Data de Emissão"). 3.12. Prazo de data de vencimento. O prazo das Debêntures será de 60 (sessenta) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se portanto, em 20 de janeiro de 2006. 3.13. Prazo de subscrição e forma de integralização. Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM e a segunda publicação do anúncio de início de distribuição, as Debêntures serão subscritas em até 6 (seis) meses contados da data do deferimento do respectivo registro pela CVM ("Prazo de Subscrição"). A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos - SDT, disponibilizado pela CETIP. A integralização das Debêntures será à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização"). As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal acrescido da Remuneração do Primeiro Período de Incidência (conforme definido abaixo), calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a Data de Integralização. 3.14. Pagamento do Valor Nominal. O Valor Nominal será pago em 1 (uma) única parcela, ocorrendo o pagamento em 20 de janeiro de 2006, por ocasião do vencimento das Debêntures. 3.15. Remuneração. Sobre o Valor Nominal incidirá, a partir da Data de Emissão, uma taxa de remuneração pós-fixada ou pré-fixada, acrescida de sobretaxa, cujo período de

Continua no Verso

REGISTRO
10.628

FICHA
016
VERSO

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

incidência, intervalo de pagamento e respectivo(s) percentual(is) serão definidos pelo conselho de administração da Emissora ("Remuneração"), sendo que para o primeiro Período de Incidência de Remuneração (conforme definido abaixo), que terá início na Data de Emissão e encerramento 24 (vinte e quatro) meses após a Data de Emissão, observar-se-á o disposto na Cláusula 3.15.2 abaixo. 3.15.1. Entende-se por "Período de Incidência de Remuneração" o espaço de tempo durante o qual a respectiva Remuneração permanece inalterada. 3.15.2. O primeiro Período de Incidência de Remuneração terá início na Data de Emissão e encerramento 24 (vinte e quatro) meses após a Data de Emissão, incluindo-se neste o primeiro dia excluindo-se o último. Para o primeiro Período de Incidência de Remuneração, a taxa de remuneração das Debêntures será de 100% (cem por cento) da taxa de juros dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia - extra grupo, expressa em percentual ao ano, calculada e divulgada pela CETIP, acrescida da sobretaxa correspondente ao percentual efetivo de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) ao ano, base 252 dias ("Remuneração do Primeiro Período de Incidência"). 3.15.2.1. Periodicidade de pagamento da Remuneração do Primeiro Período de Incidência. A Remuneração do Primeiro Período de Incidência será paga semestralmente nas datas definidas abaixo. O primeiro Período de Incidência de Remuneração será composto de 4(quatro) Subperíodos de Incidência (conforme definido abaixo), que serão utilizados unicamente para o cálculo e pagamento semestral da Remuneração do Primeiro Período de Incidência, intercalados pelas datas de pagamento, conforme descrito abaixo: 1º Subperíodo de Incidência, tem início na

Continua na ficha 017

15º OFFICIAL DE REGISTRO
IMOVEIS DA COMARCA DE
SOS VAYDO CES
Oficial
NELSON AMORIM
Oficial Substituto
Art. 20 § 6º da Lei
José Roberto Lopes de
José Odair Figueiredo
Oficial Substituto
(Art. 20 - 2º da Lei
Pela Conselheira Crispiniani, 2
São Paulo, 15 de Maio de 2004, 255-8844.

15º. OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São Paulo

REGISTRO
10.628

FICHA
017

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

data de emissão e término 6(seis) meses contados da data de emissão; 2º Subperíodo de Incidência, tem início 6(seis) meses contados da data de emissão e término 12(doze) meses contados da data de emissão; 3º Subperíodo de Incidência, tem início 12(doze) meses contados da data de emissão e 18(dezoito) meses contados da data de emissão; 4º Subperíodo de Incidência, tem início 18(dezoito) meses contados da data de emissão e 24(vinte e quatro) meses contados da data de emissão. 3.15.2.2. Fórmula de cálculo da Remuneração do Primeiro Período de Incidência.

$$J = VN \times \left[\prod_{i=1}^{i=f} (Fli) \right] \times (S) - 1$$

onde: J = valor da Remuneração a ser paga nas datas de seus.. respectivos vencimentos; VN = Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal da Debênture, no início do Subperíodo de Incidência (conforme definido abaixo);.....

$\prod_{i=1}^{i=f}$ = produto dos i termos Fl referentes a cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Subperíodo de Incidência; com i variando de 1 até f. f = número de.... dias úteis contidos entre o início e o fim de cada Subperíodo de Incidência. Fl_i = fatores de remuneração, verificados nos f dias úteis entre a data de início do Subperíodo de Incidência e a data final do Subperíodo de Incidência, e obtidos a partir da seguinte fórmula:.....

$$Fl = \left[\left| \frac{CDI \text{ CETIP}}{100} + 1 \right| \frac{dj}{252} \right], \text{ onde:}$$

CDI CETIP = taxa média diária de depósitos interfinanceiros -
continua no verso

RO DE
CAPITAL
SARO

50
3935/94)
Oliveira
Malheiros
to
5/94)
3 - 4.º Andar
255-9537

REGISTRO
10.628

FICHA
017
VERSO

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

DI de um dia - extra grupo, calculadas e divulgadas pela.....
CETIP, em cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Subperíodo de Incidência, expressa em percentual ao ano;..
dj = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de..
validade da taxa CDI CETIP; S = fator da sobretaxa calculado..
conforme fórmula abaixo:.....

$$S = \left| \frac{1,2}{100} + 1 \right| \frac{du}{252}, \text{ onde:}$$

du = número de dias úteis de cada Subperíodo de Incidência. -
"Subperíodo de Incidência" é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Subperíodo de Incidência, ou nas datas previstas dos pagamentos da Remuneração do Primeiro Período de Incidência, inclusive, no caso dos Subperíodos de Incidência subsequentes, e termina... nas datas previstas dos pagamentos da Remuneração do Primeiro Período de Incidência, exclusive, correspondente ao período. Cada Subperíodo de Incidência sucede o anterior sem solução.. de continuidade. 3.15.2.3. Extinção, impossibilidade legal de utilização ou não divulgação da Taxa CETIP. Nos casos de (i) indisponibilidade da "taxa de Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, extra grupo" ("Taxa CETIP") por prazo superior a 8 (oito) dias úteis; (ii) extinção da Taxa CETIP; ou (iii) impossibilidade legal de aplicação da Taxa CETIP às Debêntures, será aplicada a taxa que vier a substituí-la. Na ocorrência.. de qualquer destas hipóteses sem que tenha sido determinada.. uma taxa substituta, o Agente Fiduciário convocará assembléia geral de debenturistas, exclusivamente para definição do novo parâmetro de remuneração das debêntures proposto pela Emissora. Não sendo aceito o novo parâmetro pela assembléia geral.. de debenturistas, haverá a repactuação das Debêntures antes do encerramento do primeiro Período de Incidência de Remuneração

continua na ficha 018

OFICIAL DE REGISTRO
IMOVEIS DA COMARCA
ROSAVALDO C
Oficial
NELSON AM
Oficial Substituto
Art. 20 § 2º - L
José Roberto Lope
José Adival Figueira
Oficial Substituto
(Art. 20 § 2º - L)
recebeiro Crispiano
Tels. 255-5

15º. OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São Paulo

REGISTRO
10.628

FICHA
018

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

REGISTRO DE
DA CAPITAL
EMISSORA

PROSO
tuto
Lei 8935/94)
de Oliveira
do Malheiro
tituto
8935/94)
o, 29. 4.º Andar
44.255-953

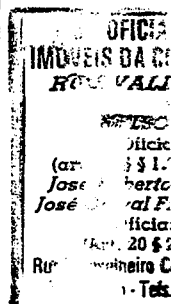
ção, aplicando-se o disposto na Cláusula 3.16 abaixo. 3.16. Repactuação. O conselho de administração da Emissora deliberará e comunicará aos debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data de encerramento de cada Período de Incidência de Remuneração, as condições aplicáveis ao Período de Incidência de Remuneração subsequente, incluindo: I. o prazo do Período de Incidência de Remuneração subsequente; II. a modalidade e os percentuais da taxa de Remuneração e prêmio, se houver, para o Período de Incidência de Remuneração subseqüentes; III. a existência ou não de amortização das Debêntures durante o Período de Incidência de Remuneração subsequente; e IV. a periodicidade de pagamento da Remuneração e do prêmio e da amortização, se houver qualquer dos dois últimos. 3.16.1. As condições fixadas pelo conselho de administração da Emissora de acordo com o disposto na Cláusula 3.16 acima serão comunicadas aos debenturistas na forma da Cláusula 3.24 abaixo, concedendo-se o prazo de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis, contado da data da publicação da comunicação, para que os debenturistas que não aceitarem as condições fixadas manifestem sua não aceitação através do SND, cabendo ao conselho de administração da Emissora fixar na referida comunicação o prazo máximo para a manifestação dos debenturistas, que não poderá exceder a data de encerramento do respectivo Período de Incidência de Remuneração. A falta de manifestação por parte dos debenturistas no prazo a que se refere esta Cláusula ou a manifestação relativa a somente parte das Debêntures de que forem titulares será considerada aceitação, por tais debenturistas, aos termos da repactuação relativamente às Debêntures que não forem indicadas nos termos desta

Continua no Verso

REGISTRO
10.628FICHA
018
VERSO

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

Cláusula. 3.16.2. A Emissora obriga-se a adquirir ou resgatar as Debêntures dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo conselho de administração da Emissora e que se manifestaram de acordo com o disposto da Cláusula 3.16.1 acima, pelo Valor Nominal acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição ou resgate, se houver, que deverá ocorrer na data de encerramento do respectivo Período de Incidência de Remuneração. A aquisição ou resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. No caso de aquisição das Debêntures, as Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos desta Cláusula poderão, por opção da Emissora, ser mantidas em tesouraria, canceladas ou vendidas a terceiros, a qualquer tempo. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação. 3.17. Resgate antecipado facultativo. A Emissora poderá resgatar antecipadamente as Debêntures, observadas as regras estabelecidas pela CVM, a qualquer tempo, mediante pagamento do Valor Nominal, acrescido da Remuneração aplicável até a data do resgate, calculada pro rata temporis, a partir da data do último pagamento da Remuneração, devendo a Emissora publicar aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante sorteio nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis. As Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas. Ocorrendo o resgate de Debêntures nos termos desta Cláusula

Continua na ficha 019

15º. OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São Paulo

REGISTRO
10.628

FICHA
019

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

DE REGISTRO DE
MARCA DA CAPITAL
O CASSARO
Substituto
de 5.º - Lei 8935/94
Lopes de Oliveira
ruinedo Malheiros
Substituto
de 5.º - Lei 8935/94
ispiniano, 29 - 4.º Andar
255-8844 - 255-9537

durante o primeiro Período de Incidência de Remuneração, a Emissora deverá, ainda, pagar um prêmio de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor de resgate a que se refere esta Cláusula. Este prêmio será proporcional ao prazo restante entre a data do resgate e a data de término do primeiro Período de Incidência de Remuneração, sendo que o prêmio pago em caso de resgate na Data de Integralização será de 0,3% (três décimos por cento), e não haverá prêmio em caso de resgate na data de término do primeiro Período de Incidência de Remuneração, conforme a seguinte fórmula:

$$P = d/D \times 0,30\%$$

onde: P = prêmio (em porcentagem); d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data de resgate e a data de término do primeiro Período de Incidência de Remuneração; e D = quantidade de dias corridos entre a Data de Integralização e a data de término do Primeiro Período de Incidência de Remuneração. 3.18. Aquisição facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação. 3.19. Aquisição obrigatória. Observado o disposto nas Cláusulas 3.19.1, 3.19.2 e 3.19.3 abaixo, a Emissora obriga-se a adquirir a totalidade das Debêntures em circulação dos debenturistas que, à exclusiva opção deste, manifestarem interesse em vender todas ou parte das Debêntures de que são titulares, na ocorrência dos seguintes eventos: I. alienação, pelos

Continua no Verso



BSE S.A.

REGISTRO
10.628

FICHA
019
VERSO

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

atuais controladores da Emissora, de suas participações no capital social da Emissora a terceiros, de forma a alterar o controle direto ou indireto da Emissora. Entende-se por terceiros quaisquer sociedades que não façam parte do conjunto de sociedades controladas direta ou indiretamente por Bell South Corporation ou pelo Grupo Safra; II. pré-pagamento do principal em relação às obrigações financeiras internacionais da Emissora, representadas pelas Floating Rate Notes no valor de US\$350.000.000,00 (Trezentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) e pelo Commercial Paper no valor de US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), durante o prazo de vigência das Debêntures; III. não recebimento, pela Emissora, de seus acionistas, de recursos equivalentes aos juros relativos às obrigações financeiras internacionais a que se refere o inciso II acima, sendo que estes recursos poderão ser recebidos pela Emissora em forma de empréstimos de acionistas ou aumento de capital. Em caso de empréstimos dos acionistas, esses empréstimos serão subordinados às Debêntures durante seu período de vigência, e os pagamentos de juros e principal desses empréstimos somente ocorrerão após o pagamento de todas as obrigações relacionadas às Debêntures; IV. redução do capital social da Emissora; e V. vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), em razão de inadimplemento contratual, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão. 3.19.1. Ocorrendo qualquer dos eventos previstos na Cláusula 3.19 acima, o

Continua na ficha 020

15.000.000,00
Nelson Ak
Ondal Sob
art. 20 § 1.º & 5.º
José Roberto Lope
José Odival Figuei
Ondal Sob
(Art. 40 § 2.º - I
Rea Consultoria Crispin
São Paulo - Brasil, 255

15º. OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São Paulo

REGISTRO
10.628

FICHA
020

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

REGISTRO DE
DA CARTA
ASSARCO
CROSO
LUIZ 8935/94
de Oliveira
São Paulo
Instituto
8935/94
no, 29 - 4º Andar
244-255-9537

Agente Fiduciário deverá publicar, no prazo máximo de 3 (três) dias contados da data da comunicação do evento pela Emissora ao Agente Fiduciário nos termos da alínea (f) do inciso I da Cláusula 5.1 abaixo, anúncio nos termos da Cláusula 3.24 abaixo informando a ocorrência do evento e solicitando que os debenturistas se manifestem, através do SND, no prazo de 5(cinco) dias úteis contados da data da publicação do aviso, sua intenção de ter todas ou parte das Debêntures de que são titulares adquiridas pela Emissora, indicando a quantidade de Debêntures a serem adquiridas pela Emissora. 3.19.2. A Emissora obriga-se a adquirir as Debêntures dos debenturistas que se manifestaram nos termos da Cláusula 3.19.1 acima, mediante pagamento do Valor Nominal, acrescido da Remuneração aplicável até a data da aquisição, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data de término do prazo a que se refere a Cláusula 3.19.1 acima. 3.19.3. A falta de manifestação por parte dos debenturistas no prazo a que se refere a Cláusula 3.19.1 acima ou a manifestação relativa a somente parte das Debêntures de que forem titulares, será considerada aceitação, por tais debenturistas, da ocorrência do evento relativamente às Debêntures não alcançadas pelo previsto na Cláusula 3.19.1 acima. 3.20. Encargos moratórios. Ocorrendo impossibilidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso serão acrescidos de Remuneração, bem como de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

Continua no Verso

REGISTRO
10.628FICHA
020
VERSO

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

3.21. Decadência dos direitos aos acréscimos. O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicação publicado pela Emissora, não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento. 3.22. Local de pagamento. Os pagamentos referentes ao principal e à Remuneração a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora por intermédio do SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, e na instituição depositária para os debenturistas que não estiverem vinculados ao SND. 3.23. Prorrogação dos prazos. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábados e domingos. 3.24. Publicidade. Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que de qualquer forma vierem a envolver interesses dos debenturistas, serão veiculados, em forma de aviso, no jornal "O Estado de S. Paulo", em prazos tais que permitam aos debenturistas o adequado acompanhamento das ocorrências durante o prazo de existência das Debêntures, exceção feita aos anúncios de início e de encerramento de distribuição, que serão publicados no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional.

Continua na ficha 021

15.º OFICIAL
COVEIS DA CO
ROSVALLE
NELSON
Oficial
(art. 20 § 1.º)
José Roberto
José Nival Figueiredo
Oficial
(art. 20 § 2.º)
Rua Conselheiro Cr.
São Paulo - Tels. 2

15º. OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São Paulo

REGISTRO
10.628

FICHA
021

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

3.25. Vencimento antecipado. Observado o disposto nas Cláusulas 3.25.1 e 3.25.2 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso II abaixo, dos encargos moratórios previstos na Cláusula 3.20 acima, de acordo com o previsto na Cláusula 3.25.2 abaixo), na ocorrência dos seguintes eventos: I decretação de falência da Emissora ou pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora; II. não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, da Remuneração e de quaisquer outros valores devidos aos credenturistas nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da respectiva data de vencimento; III. falta de cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer outra obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias, contado de aviso escrito que for enviado pelo Agente Fiduciário; IV. extinção da licença para exploração de telefonia móvel celular na área que compreende os Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte - Área 10; e V. protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou a constituição da Emissora em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, salvo se o protesto ou constituição em mora tiver sido efetivado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados, ou da obrigação que esteja em atraso, for objeto de depósito em

Continua no Verso

DE REGISTRO DE
MARCA DA CAPA
O CASSIO
ficial
AMOROSO
Substituto
- Lei 8935/94
opes de Oliveira
Substituto
- Lei 8935/94
piniano, 29 - 4.
55-9844-255-9537

REGISTRO
10.628

FICHA
021
VERSO

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas de sua ocorrência. 3.25.1. Ocorrendo qualquer dos eventos previstos nos incisos I a IV da Cláusula 3.25 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Ocorrido quaisquer dos eventos previstos no inciso V da Cláusula 3.25 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 3 (três) dias contados da data da ocorrência, assembléia de debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei, para, se assim vier a ser aprovado pela maioria dos titulares das Debêntures em circulação, declarar o vencimento antecipado das Debêntures. 3.25.2. Na ocorrência do vencimento antecipado a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso II da Cláusula 3.25 acima, dos encargos moratórios, calculados desde a data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculados pro rata temporis desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, em até 10 (dez) dias úteis contados de comunicações neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula 10.1 abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, pelo pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 3.20 acima, que, na hipótese prevista no inciso II da Cláusula 3.25 acima, serão calculados desde a data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados. IV - DESTINAÇÃO DOS RECURSOS - 4.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a distribuição das Debêntures serão aplicados na liquidação das notas promissórias emitidas e distribuídas no mercado

Continua na ficha 022

REGISTRO
IMÓVEIS DE MARCA DA
RÔSVALDO CAS
Nelson Amorim
Oficial Substituto
(art. 20 § 1º - Lei
de 19.119/66 - José
Odival Freire de
Oliveira
Art. 20 § 2º - Lei 8
de 19.119/66 - Crispiano,
Rua Conselheiro Crispiano,
São Paulo - Tel. 255-984

15º. OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São Paulo

REGISTRO
10.628

FICHA
022

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

DE
CAPITAL
ARO
O
1935/94)
Oliveira
Malheiros
to
15/94)
9 - 4.º Andar
255-9537

de capitais nacional em 7 de agosto de 2.000. V. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA - 5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a: I. fornecer Agente Fiduciário: (a) cópia das demonstrações financeiras relativas a cada exercício social, no prazo de até 90 (noventa) dias do término do respectivo exercício social; (b) as informações previstas na Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM; (c) com a maior brevidade possível, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada; (d) informações sobre alterações estatutárias ocorridas na Emissora; (e) avisos aos debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias de acionistas e de reuniões do conselho de administração que de alguma forma envolvam o interesse dos debenturistas, na mesma data em que forem publicados ou, se não forem publicados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da data em que forem realizados; (f) ocorrência de qualquer dos eventos previstos nos incisos I a V da Cláusula 3.19 acima, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da data da ocorrência do respectivo evento, para que o Agente Fiduciário tome as providências cabíveis, especialmente as previstas na Cláusula 3.19.1 acima; e (g) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário; II. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM; III. submeter a presente emissão de Debêntures e sua revisão anual a avaliação por, pelo menos, duas agências classificadoras de crédito em funcionamento no País e conceituadas internacionalmente; IV. efetuar e manter sempre atualizado

Continua no Verso

REGISTRO
10.628FICHA
022
VERSO

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas, pelo menos semestralmente, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, bem como observar as disposições contidas na Instrução CVM nº 207, de 1º de fevereiro de 1994; V. estruturar e manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, ou contratar instituição financeira autorizada para que preste esse serviço; e VI. não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei e conforme estabelecido pelo estatuto social da Emissora, ou qualquer outra participação estatutária em lucros, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures. VI - DO AGENTE FIDUCIÁRIO - 6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto da presente Escritura de Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário e interveniente, que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos debenturistas perante a Emissora, declarando: I. sob as penas de lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida; II. aceitar a função que lhe foi conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão; III. aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições; e IV. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito

Continua na ficha 023

15.º OFICIAL
IMÓVEIS DA CG
ROSVALLE
NELSON
Oficial
(art. 20 § 1.º)
José Roberto
José Odino
Oficial
(Art. 20 - 2.º)
Rua Conselheiro Brito
São Paulo - T. 2

15º. OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São Paulo

REGISTRO
10.628

FICHA
023

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

DE REGISTRO DE
MARCA DA CAPITAL
O CASSARO
licial
AMOROSO
Substituto
5.º - Lei 8935/84
Opes de Oliveira
Teixeira Malheiro
Substituto
- Lei 8935/84
Simão, 29 - 4.º Andar
15-9844-255-9537

de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983. 6.1.1. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura de Emissão ou eventual aditamento, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição e/ou vencimento das Debêntures. 6.2. O Agente Fiduciário receberá pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração: I. parcelas anuais de R\$10.000,00 (dez mil reais), sendo a primeira a ser paga em 5 (cinco) dias úteis contados da data de obtenção do registro da emissão na CVM, contra a apresentação da respectiva nota fiscal, e as demais, no mesmo dia e mês de cada ano subsequente, até o vencimento das Debêntures ou seu resgate total, o que ocorrer primeiro; II. as parcelas a que se refere o inciso I acima serão reajustadas anualmente pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado ("IGPM"), verificada desde a data de vencimento da primeira parcela a que se refere o inciso I acima até a data do respectivo pagamento. Na falta ou na impossibilidade de utilização do IGPM, por força da legislação, será utilizado outro índice que venha a substituí-lo; III. a remuneração será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; IV. todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas,

Continua no Verso

REGISTRO
10.628

FICHA
023
VERSO

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto no parágrafo 5 do artigo 68 da Lei nº 6.404/76, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, honorários advocatícios e custas judiciais e taxas judiciárias decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60(sessenta) dias; e V. a remuneração prevista no inciso I acima não inclui despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, que serão suportadas pela Emissora nos termos da Cláusula 6.2.1 abaixo e seguintes. 6.2.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos. O ressarcimento será efetuado após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos debenturistas. As despesas a que se refere esta Cláusula compreendem, inclusive, as seguintes: I. publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras publicações que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; II. extração de certidões; III. locomoções e respectivas

Continua na ficha 024

15.º OFICIAL DE REG.
IMOVEIS DA COMARCA D
OSVALDO CA
Oficial
NELSON AMORIM
Oficial Substituto
(Art. 20 § 1.º e 5.º - Lei
José Roberto Lopes de
José Odival Figueiredo
Oficial Substituto
(Art. 20 § 2.º - Lei 25
Conselheiro Despina
São Paulo - tele 255-984

15º. OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São Paulo

REGISTRO
10.628

FICHA
024

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções, e IV. eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas. 6.2.2. O crédito do Agente Fiduciário que não tenha sido saldado na forma da Cláusula 6.2.1 acima, desde que razoável e devidamente comprovado será acrescido à dívida da Emissora e preferirá às Debêntures na ordem de pagamento. 6.3. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá então à Emissora efetuar a, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha. A substituição do Agente Fiduciário observará as seguintes condições: I. nos casos de vacância, mediante nomeação pela Emissora e aprovação dos debenturistas, e aditamento à presente Escritura de Emissão; II. é facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia dos debenturistas

Continua no Verso

RO DE
CAPITAL
SARO

SO
8995/94
Oliveira
Malheiros
to
15/94
9.4.º Andar
755-9537

REGISTRO
10.628

FICHA
024
VERSO

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

especialmente convocada para esse fim; III. a substituição do Agente Fiduciário fica condicionada à comunicação prévia à CVM; IV. em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permencer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja escolhida pela Emissora e aprovada pelos debenturistas e assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário; V. a substituição não implicará em remuneração proporcional superior à ora avençada. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos debenturistas, na forma do inciso XX da Cláusula 6.4 abaixo; e VI. serão efetuados os pagamentos observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços. 6.4. São deveres do Agente Fiduciário: I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente; II. observado o disposto no inciso III da Cláusula 6.2 acima, custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes e futuros, devidos em decorrência da execução dos serviços; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários; III. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens; IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão; V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções; VI. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das

Continua na ficha 025

15.º OFICIAL DE REG.
IMOVEIS DA COMARCA
ROSVALDO C.
Oficial
NELSON AMO.
Oficial Substit.
Art. 20 §§ 1.º a 5.º - L.
José Roberto Lopes
José Odival Figueiredo
Oficiais Substit.
(Art. 20 § 2.º - Lei 8
Rua Conselheiro Crispiniano,
São Paulo - Tels. 255-984

15º. OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São Paulo

REGISTRO
10.628

FICHA
025

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

STRO DE
IA CAPITAL
SSARO

OSO
to
18935/94)
Oliveira
Malheiros
to
35/94)
29 - 4.º Andar
.255-9537

informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento; VII. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários; VIII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações; IX. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures; X. solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora; XI. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora; XII. convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações; XIII. comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas; XIV. elaborar relatório anual destinado aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações: (a) eventual omissão ou

Continua no Verso

REGISTRO
10.628

FICHA
025
VERSO

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora; (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período; (c) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado; (d) resgate, repactuação, amortização e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; (e) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; (f) relação dos bens e valores entregues à sua administração; (g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, principalmente aquelas previstas nas Cláusulas 5.1 acima e 8.1 abaixo, conforme informações obtidas junto aos administradores da Emissora; e (h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário; XV. colocar o relatório de que trata o inciso XIV acima à disposição dos debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais: (a) na sede da Emissora; (b) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado; (c) na CVM; (d) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e (e) na sede da instituição que liderou a colocação das Debêntures; XVI. publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XIV acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XV acima; XVII. manter atualizada a relação dos

Continua na ficha 026

53 OFICIAL DE REGISTRO
IMÓVEIS DA COMARCA DE
ROSVALDO CA.
Oficial
NELSON AMORIM
Oficial Substituto
(Art. 20 § 1.º da L.º de
José Roberto Lopes de
José Odival Figueiredo
Oficial Substituto
(Art. 20 § 2.º da L.º de
Rua Conselheiro Crispiniano,
São Paulo - 255-984

15º. OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São Paulo

REGISTRO
10.628

FICHA
026

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

DE
CAPITAL
SAPO

30

3935/94)
Oliveira
Malheiros
to
35/94)
29. 4.º Andar
255-9537

debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora; XVIII. coordenar, em ocorrendo o resgate parcial das Debêntures a que se refere a Cláusula 3.17 acima, o sorteio das Debêntures a serem resgatadas; XIX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, principalmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, principalmente as Cláusulas 5.1 acima e 8.1 abaixo, conforme informações obtidas junto aos administradores da Emissora, informando prontamente aos debenturistas as eventuais inadimplências verificadas; e XX. notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada: (a) à CVM; (b) às Bolsas de Valores, quando for o caso; e (c) à Emissora. 6.5. No caso de inadimplemento da Emissora de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto: I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, principalmente as Cláusulas 3.25 e 3.25.1 acima, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios; II. requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais; III. tomar

Continua no Verso

REGISTRO
10.628

FICHA
026
VERSO

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

quaisquer outras providências necessárias para que os debenturistas realizem seus créditos; e IV. representar os debenturistas em processo de falência ou concordata da Emissora. 6.5.1. Observado o disposto nas Cláusulas 3.25 e 3.25.1 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I a III da Cláusula 6.5 acima se, convocada a assembléia de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos debenturistas titulares das Debêntures em circulação. Na hipótese do inciso IV da Cláusula 6.5 acima, será suficiente a deliberação da maioria dos debenturistas titulares das Debêntures em circulação. VII. DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS - 7.1. Os titulares das Debêntures desta emissão poderão, qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberarem sobre a matéria de interesse da comunhão dos debenturistas. 7.2. A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação e pela CVM. 7.3. Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas. 7.4. A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número; 7.5. Ressalvadas as disposições expressas previstas nesta Escritura de Emissão ou em lei, e salvo no que se refere a modificações nas condições da Debêntures, que dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação, as demais

Continua na ficha 027

15.º OFFICIAL SUBSTITUTO
IMÓVEIS DA CVM - 13
a ROSVALDO
NELSON AMORIM
Oficial Substituto
Art. 20 § 1.º a 5.º - Lei
José Roberto Lopes de
José Odival Figueiredo
Oficial Substituto
Art. 20 § 2.º - Lei
Conselheiro Crispiniano
São Paulo - Tels. 295-8844

15º. OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São Paulo

REGISTRO
10.628

FICHA
027

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

deliberações a serem tomadas em assembléia geral de debenturistas dependerão da aprovação da maioria absoluta de votos dos debenturistas presentes na assembléia, excluindo-se, em qualquer caso, para efeito de quorum, os votos em branco e as Debêntures pertencentes à Emissora, qualquer de suas subsidiárias, coligadas ou controladoras ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas.

7.6. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembléias dos debenturistas. 7.7. O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

VIII. DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA - 8.1. A Emissora neste ato declara que: I. é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras; II. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastante para tanto; III. todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor; IV. os termos desta Escritura de Emissão (a) não implicam o inadimplemento da Emissora em qualquer contrato ou documento do qual a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) não contrariam qualquer lei decreto ou regulamento a que a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial pendente em face da Emissora (ou

Continua no Verso

DE
CAPITAL
SABO
30
8935/94)
Oliveira
Malheiros
to
35/94)
29 - 4.º Andar
- 255-9537

REGISTRO
10.628

FICHA
027
VERSO

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou que afete a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades; e V. esta Escritura de Emissão constitui obrigação exequível, válida e eficaz da Emissora. IX - DAS DESPESAS - 9.1. Correrão por conta da Emissora todos os custos com o registro e publicação dos atos necessários à colocação das Debêntures da presente emissão, tais como esta Escritura de Emissão e a assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora e a reunião do conselho de administração que deliberaram sobre esta emissão das Debêntures. X - DAS COMUNICAÇÕES - 10.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços: I. para a Emissora: BSE S.A., Rua Flórida 1970, 4º andar (parte), CEP 04565-907, São Paulo-SP, At.: Sr. Renato Friedrich, Telefone: (11) 5509-6144, Fac-símile: (11) 5506-6140; II. para o Agente Fiduciário: PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., Av. Paulista 2439, 11º andar, CEP 01311-300, São Paulo-SP, At.: Srta. Viviane A. Rodrigues dos Santos, Telefone: (11) 3061-9444, Fac-símile (11) 3061-0964. 10.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fac-símile deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem. XI - DO FORO - 11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais

Continua na ficha 028

15.º OFICIAL DE R
MÓVEIS DA COMAR
ROSVALDO
Oficial
NELSON AN
Oficial Sub
(art. 20 § 1.º à 5.º
José Roberto Lope
José Odival Figue
Oficial Sub
(Art. 20 § 2.º - L
Rua Conselheiro Crispini
São Paulo - Tels. 255-8

15º. OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
de São Paulo

REGISTRO
10.628

FICHA
028

LIVRO Nº. 3 - REGISTRO AUXILIAR

privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão. O Escrevente autorizado, José Júlio Leite (José Júlio Leite). O Oficial Substituto, Nelson Amoroso (Nelson Amoroso).

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução autêntica da ficha a que se refere, extraída nos termos do § 1.º do art. 19 da Lei n.º 6015/73.

São Paulo, 19 JAN 2001

15º. Oficial de Registro de Imóveis da Comarca da Capital
ROSVALDO CASSARO
Oficial
NELSON AMOROSO
Oficial Substituto
(art. 20 § § 1º. à 5º. - Lei 8935/94)
José Roberto Lopes de Oliveira
José Odival Figueiredo Malheiros
Oficiais Substitutos
(Art. 20 § § 2º. - Lei 8935/94)
Rua Conselheiro Crispiniano, 29 4º. Andar
São Paulo - Telefones: 255-9844 e 255-9537

OFICIAL DE
DA CAPITAL
CASSARO

AMOROSO
Oficial Substituto
Lei 8935/94)
de Oliveira
do Malheiros
Oficial Substituto
(Lei 8935/94)
R. 29 - 4.º Andar
SAO PAULO

ATENÇÃO

É obrigatória a atualização do Cadastro Imobiliário Fiscal, na Prefeitura Municipal de São Paulo - Rua Brigadeiro Tobias, 691 (Estação Luz do Metrô) no prazo de 60 dias, a contar do registro do título aquisitivo nos termos da Lei Municipal n.º 10.819 de 28/12/89, e do Decreto Municipal n.º 28.494, de 09/01/90.